

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 31 de Outubro de 2007

Área Temática: Pronaf

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Outubro de 2007

Índice

Cresce captação externa para financiar o campo - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 01/10/2007	4
Aplicação do Crédito Rural Aumenta 38% nos dois Primeiros Meses da Safra 2007/2008 – Sítio Eletrônico do MAPA – 02/10/2007	5
MAIS CRÉDITO – Alessandra Kianek - Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 03/10/2007	6
Stephanes Apresenta Agenda para Dívida Agrícola na Comissão de Agricultura da Câmara – Sítio Eletrônico do MAPA – 03/10/2007	7
Governo fixa data para negociar dívida – Valor Econômico – Agronegócios - 04/10/2007	7
Após atrasos, BB começa a operar o FRA – Valor Econômico – Agroengócios - 05/10/2007	8
MDA divulga Plano Safra e Garantia-Safra no Maranhão – Sítio Eletrônico do MDA – 08/10/2007	8
Plano Safra 2007/08 investe R\$ 98 milhões no RJ – Sítio Eletrônico do MDA – 08/10/2007	9
Liberação de crédito rural segue ritmo lento na safra - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 09/10/2007	11
Secretário da Agricultura Familiar lança Plano Safra/RJ –Sítio Eletrônico do MDA – 10/10/2007	11
Comissão fala sobre custo de produção e endividamento – Sítio Eletrônico da CNA – 11/10/2007	13
Assentados de GO recebem contratos de concessão e crédito – Sítio Eletrônico do MDA – 11/10/2007	14
Renegociação outra vez – Roberto Reodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro – 13/10/2007	14
Incra discute políticas de crédito e assessoria técnica – Sítio Eletrônico do MDA – 15/10/2007	16

Segunda Quinzena

Contratações de Seguro Rural somam R\$ 32 Milhões e já Superam Valores de 2006 – Sítio Eletrônico do MAPA – 19/10/2007	17
Comissão vai estudar equacionamento da dívida dos cafeicultores mineiros – Sítio Eletrônico do MAPA – 24/10/2007.....	17
Prazo para renegociação de custeio termina no dia 30 de outubro – Sítio Eletrônico da CNA – 25/10/2007	18
Crédito rural liberado entre julho e setembro supera em 28% da safra passada – Kátia Polisseni - Sítio Eletrônico do MAPA – 24/10/2007.....	18
Crédito liberado alcança R\$ 13,2 bi - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 26/10/2007.....	19
Cafeicultores mineiros devem R\$ 2,2 bi – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Agroefolha – 30/10/2007	20
Deputados emplacam emendas para a agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MST – 31/10/2007	22

Cresce captação externa para financiar o campo - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 01/10/2007

Em busca de reduzir o custo do dinheiro, e favorecido pela elevada liquidez nos mercados financeiros globais, o setor de agronegócios tem provocado um forte aumento na demanda por captação de recursos no exterior. Tradings, cooperativas e produtores rurais têm sofisticado suas operações para aproveitar o bom momento de queda na percepção de risco de crédito do país, a estabilidade da moeda e a demanda internacional por alimentos aquecida nos principais mercados.

Dados do Banco Central consolidados pelo Banco do Brasil mostram a ampliação do fluxo das operações para R\$ 177,82 bilhões entre janeiro e agosto deste ano. Este volume significa um aumento de 4,7% em relação aos R\$ 169,85 bilhões registrados em todo o ano de 2006. Nesse cálculo estão incluídas transações comerciais e financeiras em modalidades como Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC), Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE) e operações de pré-pagamento para investimentos, internalização de recursos (Resolução nº 4131 do BC) e a chamada "63 Caipira".

As operações de financiamento externo ajudam a fixar margens de lucro, financiar e comercializar a produção de forma antecipada. Com isso, induz à adoção de mecanismos de proteção (hedge) cambial, o que evita o descasamento entre os contratos em dólar ou euro e a cotação do produto em real. O hedge é feito por contratos futuros em bolsas ou a termo, como o "Non-Deliverable Forward" (NDF), que garante uma taxa de câmbio futura para a moeda base do contrato.

Recursos externos			
Câmbio exportação contratado e liquidado pelo cliente*			
Atividade	Nº de empresas	2006 (US\$ bilhões)	Jan-ago 2007 (US\$ bilhões)
Açúcar e álcool	10	3,866	3,276
Aves e suínos	11	32,964	31,778
Café	12	39,797	30,979
Carne bovina	11	3,887	4,054
Citrus	4	1,097	1,297
Complexo soja	21	77,838	92,329
Fumo	4	2,241	2,372
Leite	4	1,702	2,447
Papel e celulose	9	5,643	3,954
Têxtil	3	0,813	0,338

US\$ 177,824 bilhões

foi o valor total contratado e liquidado pelas 89 empresas pesquisadas entre janeiro e agosto de 2007; em todo o ano de 2006, foram US\$ 169,849 bilhões

Fonte: Banco do Brasil * Inclui transações comerciais e financeiras com o Banco do Brasil e seus associados

"Há um interesse cada vez maior do capital estrangeiro pelo Brasil por causa da redução do riscos e pelo agronegócio em razão de nossa competitividade natural", analisa o diretor de Agronegócios do BB, José Carlos Vaz. Mas o executivo alerta para a necessidade de "casar" as operações de captação externa com hedge de preços e de câmbio. "Não basta só um deles".

Embora encarada como uma operação complexa, que exige ainda mais organização e instrumentos de auditoria das atividades, a captação externa tem seduzido grandes produtores. Dono da Vanguarda do Brasil S.A, o mega-produtor Otaviano Pivetta, que planta 180 mil hectares de soja, algodão, milho e arroz em onze fazendas de Mato Grosso, afirma que o mecanismo "melhora a performance" da atividade, desde que bem gerenciado.

"Há um deslocamento natural das operações com tradings para esses mecanismos", afirma Pivetta, cujo grupo estima faturar US\$ 200 milhões neste ano.

O diretor financeiro da Vanguarda, Silas Lima, informa que o grupo já captou US\$ 50 milhões para financiar a nova safra, que começa a ser plantada neste mês. Os recursos de pré-pagamento, por exemplo, são usados como capital de giro com juros bem mais baratos do que cobrado no Brasil. Com prazo de 12 a 42 meses, o dinheiro custa 8% ao ano. Nas tradings, os juros chegam a 15% e nos bancos, a 12%.

A garantia é uma Cédula de Produto Rural (CPR), cujo custo é reduzido em razão de um sistema de monitoramento feito por uma empresa externa desde o plantio até o embarque da produção. No total, as captações externas da Vanguarda significam dois terços dos recursos usados para movimentar as atividades.

Produtor de 30 mil hectares em Rondonópolis (MT), Bruno Goellner afirma que a captação externa responde por 60% da necessidade de financiamento, estimada em US\$ 20 milhões por safra. Os juros ficam entre 8,5% e 9% ao ano. Segundo ele, 80% está "travada" em operações de NDF ou em bolsas. "Dá para evoluir ainda mais. Ficar na mão de tradings nunca mais", diz. Goellner avalia que será possível reduzir o custo do dinheiro com certificados socioambientais, auditoria de balanços, organização e gestão profissionalizada.

As tradings brasileiras confirmam a tendência de adoção dos mecanismos. Como os preços internacionais da commodities subiram, será preciso mais recursos. "As condições estão melhores e está aumentando a comercialização futura", diz o vice-presidente da Caramuru, Cesar Borges de Sousa.

Aplicação do Crédito Rural Aumenta 38% nos dois Primeiros Meses da Safra 2007/2008 – Sítio Eletrônico do MAPA – 02/10/2007

Brasília (02.10.07) – O volume de recursos do crédito rural liberado nos meses de julho e agosto deste ano, para custeio e comercialização, aumentou 38% em relação ao mesmo período do ano passado, atingindo R\$ 7,31 bilhões. Na avaliação do Coordenador-Geral de Análise Econômica da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Marcelo Fernandes Guimarães, os números registrados nas operações do crédito rural nos dois primeiros meses da atual safra reforçam a tendência favorável que tem sido observada desde meados da safra anterior. "Sem dúvida está havendo um reaquecimento nas contratações de crédito rural", observa.

De acordo com Guimarães, houve um crescimento maior nas operações com juros controlados, da ordem de 42%, mas a liberação de recursos a juros livres também aumentou 17% nos meses de julho e agosto em comparação ao mesmo período do ano passado. Entre os recursos com juros controlados, o maior crescimento foi no desembolso das operações com recursos das exigibilidades, que aumentaram 73%.

Isso ocorre, segundo explicou o coordenador, em razão da estabilidade monetária e da redução de juros que favorecem o aumento dos depósitos à vista. Além disso, o crescimento na aplicação do crédito rural pode também ser atribuído à própria redução de cerca de 23% na taxa de juros controlada do crédito rural a partir dessa safra. Os juros, que desde a safra 1998/1999 eram de 8,75%, passaram para 6,75% ao ano na safra 2007/2008.

A taxa de juros do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural) também foi reduzida e passou de 8% para 6,25% ao ano.

Ainda segundo o coordenador, os números de agosto afastam a preocupação de que o problema do endividamento rural pudesse dificultar a contratação de crédito pelos produtores. “Havia uma sensação de que o problema do endividamento no setor estava obstruindo os canais formais do crédito rural, mas a aplicação de recursos nesses dois primeiros meses mostra que com as medidas de prorrogação implementadas, a situação vai se normalizando”, avalia Marcelo Guimarães.

Proger Rural – O Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger Rural) foi revitalizado nesta safra. Com o intuito em dar maior amparo aos produtores foram introduzidas mudanças como a redução dos juros e o aumento de R\$ 100 mil para R\$ 220 mil no limite de renda para fins de enquadramento no Programa. Desta forma, Guimarães considera que o crescimento de 39%, das operações registradas em julho e em agosto deste ano, em relação à safra passada, tem potencial de crescimento ainda maior.

Investimento – A aplicação de recursos do crédito rural para investimento também cresceu nos dois primeiros meses da safra 2007/2008. Segundo o levantamento feito pelo Mapa, houve uma liberação de recursos 30% maior em julho e agosto deste ano em relação ao mesmo período de 2006. O maior impulso foi no desembolso observado nos programas de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que registraram um incremento de 41% em julho e agosto de 2007 em relação a igual período do ano passado.

O crescimento foi impulsionado sobretudo pelo Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), cuja aplicação em julho e agosto aumentou 85% em relação ao acumulado nos dois meses em 2006. O Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (Propflora) também registrou um crescimento significativo, da ordem de 72%.

Segundo Marcelo Guimarães, a equipe técnica do Mapa está otimista com o desempenho das operações do crédito rural nesta safra. “Tendo em vista a prorrogação do endividamento, os trabalhos visando à reestruturação do estoque da dívida rural e as boas perspectivas do mercado, há um grande potencial para o crescimento da contratação de recursos do crédito rural nesta safra”, afirma. *(Katja Polisseni)*

MAIS CRÉDITO – Alessandra Kianek - Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 03/10/2007

O volume de recursos do crédito rural liberado nos meses de julho e agosto deste ano, para custeio e comercialização, aumentou 38% em relação ao mesmo período do ano passado, atingindo R\$ 7,3 bilhões, de acordo com dados do Ministério da Agricultura.

Stephanes Apresenta Agenda para Dívida Agrícola na Comissão de Agricultura da Câmara – Sítio Eletrônico do MAPA – 03/10/2007

Brasília (03.10.07) – O Governo Federal definiu até 28 de dezembro deste ano o prazo para apresentação das estratégias e procedimentos sobre o endividamento rural. A proposta de reestruturação foi apresentada hoje (3) pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados. A expectativa é de que, até o prazo, seja apresentada uma reestruturação definitiva para o endividamento rural.

A proposta, que foi assinada pelos ministros da Agricultura, Reinhold Stephanes, do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e da Fazenda, Guido Mantega, faz parte de uma agenda interministerial.

O objetivo do documento é propor medidas para as diversas categorias de dívidas rurais, divididas em três blocos de operações: de crédito rural renegociadas por medida legal e com assunção de risco da União ou com equalização pelo Tesouro Nacional; de custeio prorrogadas de anos anteriores e de investimento agropecuário em situações de adimplência em 31 de dezembro de 2006, e de custeio e investimento agropecuário contratadas ao amparo dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

De acordo com Stephanes, a comissão, composta pelos ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Fazenda, Banco do Brasil, BNDES e por representantes da Comissão de Agricultura da Câmara e do Senado e dos produtores, tem se reunido, sistematicamente, desde março e, às vezes, até três vezes por semana. “O importante é que nós estamos trabalhando de forma integrada e conjunta. Devemos continuar essas reuniões para que possamos chegar a um projeto que possa estruturar essa dívida a médio e a longo prazo”, ressaltou.

Governo fixa data para negociar dívida – Valor Econômico – Agronegócios - 04/10/2007

Sob forte pressão da bancada ruralista, o Ministério da Agricultura informou que o governo fixou em 28 de dezembro o prazo-limite para a apresentação das "estratégias e procedimentos sobre o endividamento rural". A proposta de reestruturação foi apresentada ontem pelo ministro Reinhold Stephanes na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados.

No documento entregue ao presidente da comissão, deputado Marcos Montes (DEM/GO), Stephanes e os ministros Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) e Guido Mantega (Fazenda) se comprometem, conforme a assessoria de Montes, a "implementar uma agenda comum de trabalho tendo como objetivo propor medidas para as diversas categorias de dívidas rurais".

Ainda segundo a comissão, o governo também se comprometeu "a suspender as inscrições em Dívida Ativa da União das operações de crédito rural", exceto nos casos de risco de prescrição.

Após atrasos, BB começa a operar o FRA – Valor Econômico – Agroengócios -
05/10/2007

Cedendo a pressões da bancada ruralista, o Banco do Brasil informou ontem já ter iniciado a operacionalização do Programa de Financiamento de Recebíveis do Agronegócio (FRA), prescrito na Lei nº 11.524/07, sancionada pela Casa Civil no último dia 25. O banco informou que entregará às empresas de insumos na próxima semana a lista de produtores aptos a receber o recurso, que totaliza R\$ 2,2 bilhões. As empresas negociarão individualmente as condições de regularização das dívidas.

Também na próxima semana deve ser criado pelo Tesouro Nacional o Fundo Garantidor dos Financiamentos. O deputado Homero Pereira (PR-MT), da comissão de agricultura da Câmara, criticou a demora. "Se já demoram para liberar os recursos do FRA, imagine quando houver a renegociação das dívidas de longo prazo". (CB)

MDA divulga Plano Safra e Garantia-Safra no Maranhão – Sítio Eletrônico do MDA –
08/10/2007

Desta terça (9) a quinta-feira (11), a Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Maranhão (MDA/MA) realiza três seminários para lançar o Plano Safra 2006/2007 nos municípios de Chapadinha, São João dos Patos e Grajaú. Também será discutido o Garantia-Safra.

O Garantia-Safra é uma ação conjunta entre a prefeitura, o governo do estado e o Governo Federal na aplicação de um seguro diferenciado para os agricultores familiares com uma renda mensal de até 1,5 salário mínimo por família. Visa protegê-los em caso de perda da produção agrícola devido à seca. São agricultores normalmente excluídos do mercado de seguros. Habitam, em sua maioria, a região semi-árida brasileira.

Essa é uma ação que integra o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Visa possibilitar um ambiente de tranquilidade e segurança para o exercício da atividade agrícola na região semi-árida brasileira. Caso o agricultor perca a safra por motivo de seca, fará jus a uma renda por tempo determinado. Sua área de atuação: municípios localizados na região Nordeste, no norte do estado de Minas Gerais (Vale do Mucuri e Vale do Jequitinhonha) e no norte do estado do Espírito Santo.

Como funciona o seguro - Foi instituído pela Lei 10.420/2002, e alterado pela Lei 10.700/2003. Para que o agricultor familiar seja beneficiado, é necessário aderir ao Garantia-Safra. Essa adesão deve ser feita não só pelos agricultores, mas também pelos estados e pelos Municípios.

Quando da decretação de situação de emergência em razão da estiagem, reconhecida pelo Governo Federal, os agricultores que aderiram e perderam pelo menos 50% da produção de arroz, feijão, milho, algodão e mandioca terão direito a receber um benefício, pago em até seis parcelas mensais, que possibilite o sustento da família neste período difícil de seca.

Serviço

Dia 9

Local: Auditório do STTR de Chapadinha

Horário: 9h às 12h30

Dia 10

Local: Clube da FUNASA, situado na Sá Sobrinho, município de São João dos Patos

Horário: 9h às 12h30

Dia 11

Local: Salão Paroquial Grota da Cruz, situado na Rua Frei Benjamim de Borno, município de Grajaú

Horário: 9h às 12h30

Plano Safra 2007/08 investe R\$ 98 milhões no RJ – Sítio Eletrônico do MDA – 08/10/2007

O secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Adoniram Sanches Peraci, lança na próxima terça-feira (9) o Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008 no Rio de Janeiro (RJ). A solenidade acontece na Assembléia Legislativa do Estado, às 10 horas.

Nesta safra, os agricultores do Rio de Janeiro terão à disposição mais de R\$ 98 milhões, beneficiando aproximadamente 16 mil agricultores nas diversas linhas de crédito para custeio, investimento e comercialização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Em todo o Brasil, o Governo Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), vai disponibilizar R\$ 12 bilhões em crédito rural para a safra 2007/2008. São R\$ 2 bilhões a mais do que na safra passada.

Na safra 2006/2007, foram aplicados no Rio de Janeiro mais de R\$ 86 milhões (dados preliminares) – cerca de R\$ 63 milhões a mais que o valor da safra 2002/2003 no estado (de R\$ 23.386.544). Na assistência técnica, os recursos aplicados nos quatro últimos anos no Rio de Janeiro alcançaram mais de R\$ 4 milhões.

Juros mais baixos - Além do aumento de recursos, o Plano Safra 2007/2008 traz juros mais baixos, variando de 0,5% até 5,5% ao ano. Na safra anterior, os juros do Pronaf ficaram entre 1% e 7,25% ao ano. Essa redução beneficiará, principalmente, as famílias de mais baixa renda.

“Este novo Plano Safra inaugura o processo de mais qualificação do crédito do Pronaf, com o apoio à extensão rural por meio da aplicação de recursos nas empresas estaduais de assistência técnica, nas organizações não-governamentais (ONGs), nas cooperativas, no incentivo às principais cadeias produtivas. Viramos a página da dificuldade de acesso ao crédito e, agora, temos como desafio a qualificação”, avalia Peraci.

Mais recursos para Assistência Técnica - Nesta safra 2007/2008, o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar (Dater/SAF) apoiará as organizações governamentais e não-governamentais que estimulem a estruturação e a atuação em rede e potencializem os recursos disponíveis. A ação visa ampliar a oferta de assistência técnica e extensão rural.

Para isso, há um montante de R\$ 168 milhões. O recurso será utilizado proporcionalmente nos estados, capacitando 20 mil técnicos das instituições parceiras para atuarem desde a divulgação do Plano Safra até a organização de arranjos produtivos nos estados e regiões.

Segundo Peraci, são muitos os benefícios alcançados pelas famílias que recebem o auxílio da assistência técnica, já que elas passam a utilizar melhor o solo, a diversificar os gêneros cultivados e a ter maiores cuidados com seus hábitos de higiene e alimentares. Além disso, os agricultores têm a possibilidade de aumentar sua renda, conquistar novos mercados e aproveitar melhor a mão-de-obra.

Nova linha de crédito - Entre as outras importantes novidades anunciadas pelo secretário da SAF/MDA para a safra 2007/2008 no Rio de Janeiro estão o aumento de recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e; uma nova linha de crédito, o Pronaf ECO.

Além disso, haverá nesta safra mais crédito para a diversificação – as famílias que contratarem financiamentos de custeio do Pronaf para duas ou mais atividades produtivas na mesma safra poderão solicitar um valor adicional de recursos de 20% para aplicação em outras atividades geradoras de renda.

Para o delegado federal do MDA no Rio de Janeiro, Jaime Martins, o Plano Safra 2007/2008 terá dois importantes desafios: dinamizar as linhas que têm por objetivo o combate à pobreza rural, muito particularmente o Grupo B e; iniciar um processo de melhor distribuição entre os créditos de custeio e investimento.

“O Rio de Janeiro apresenta um perfil de acesso muito concentrado no custeio. É necessária uma modificação que permita que os agricultores familiares possam, por meio do crédito, adquirir tecnologias mais apropriadas para o desenvolvimento de suas atividades produtivas”, avalia.

Segundo Martins, a Delegacia está em negociação com os parceiros estaduais para a possibilidade de criação de canais de comercialização mais estruturados para o escoamento da produção familiar do estado. A idéia é a realização de oficinas para estimular a organização dos agricultores em cooperativas e associações para a conscientização das famílias agricultoras quanto ao potencial destes tipos de organização para a melhoria de suas condições de vida.

Homenagens - Durante a cerimônia, haverá uma homenagem a organizações parceiras no fortalecimento da agricultura familiar no estado. Serão secretários municipais

de agricultura, gerentes do Banco do Brasil e representantes da sociedade civil organizada. Essas pessoas serão homenageadas como 'Amigos da Agricultura Familiar'.

Serviço:

Lançamento Estadual do Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008

Local: Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Data: Terça-feira, 09 de outubro de 2007

Horário: 10 horas

Liberação de crédito rural segue ritmo lento na safra - Cibelle Bouças – Valor

Econômico – Agronegócios - 09/10/2007

O ritmo de desembolsos do crédito rural para a agricultura na safra 2007/08 está mais lento que no ciclo passado, de acordo com levantamento preliminar divulgado ontem em reunião da Câmara Temática de Financiamento e Seguro do Agronegócio do Ministério da Agricultura.

Conforme Edilson Guimarães, secretário de Política Agrícola do ministério, até agosto os desembolsos - para agricultura empresarial e agricultura familiar - totalizaram R\$ 13 bilhões, ante R\$ 11,6 bilhões em igual período da safra 2006/07, o que representou um aumento nominal de 12%. Comparado, no entanto ao total de recursos disponibilizados em cada safra, os desembolsos até agosto totalizaram 18,6% do total disponibilizado para a safra 2007/08, contra 19,3% no ciclo anterior.

Conforme Guimarães, a reunião realizada ontem em São Paulo teve como principal objetivo avaliar o quadro atual do crédito agrícola e avançar nas discussões sobre o refinanciamento de dívidas passadas. Apenas os débitos com risco para a União são estimados em R\$ 23 bilhões, num total de 512 mil operações. "Estamos trabalhando com o compromisso de fechar uma proposta estruturada para o setor até dezembro", afirmou.

Ele observou ainda que houve um salto nas negociações com os novos títulos do agronegócio, que de janeiro a setembro totalizaram R\$ 5,5 bilhões, ante R\$ 2,9 bilhões em todo o ano de 2006. Somente os negócios com Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), e Warrant Agropecuário (WA) somaram R\$ 5,2 bilhões, contra previsão inicial de R\$ 3 bilhões.

Secretário da Agricultura Familiar lança Plano Safra/RJ –Sítio Eletrônico do MDA – 10/10/2007

"O País está reinventando suas estratégias para o desenvolvimento rural brasileiro". Foi o que afirmou o secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Adoniram Sanches Peraci, para um público de cerca de 120 pessoas que estiveram presentes no lançamento do Plano Safra 2007/2008, na última terça-feira (9), no estado do Rio de Janeiro. A cerimônia ocorreu na Assembléia Legislativa do estado e foi presidida pelo deputado estadual Rodrigo Neves.

Nesta safra, os agricultores familiares do Rio de Janeiro terão à disposição mais de R\$ 98 milhões, beneficiando aproximadamente 16 mil agricultores nas diversas linhas de crédito para custeio, investimento e comercialização do Pronaf. Na safra passada, foram aplicados no estado mais de R\$ 86 milhões, cerca de R\$ 63 milhões a mais que o valor da safra 2002/2003, que foi de R\$ 23 milhões.

O delegado federal do MDA no Rio de Janeiro anunciou como um dos desafios para o estado nesta safra, a dinamização das linhas do Pronaf. O objetivo é o combate à pobreza rural, com ênfase no Grupo B (microcrédito rural).

Participaram da solenidade o deputado estadual, presidente da Comissão Estadual de Agricultura, Rogério Cabral; o delegado federal do MDA/RJ, Jaime Muniz; o superintendente do Incra/RJ, Mário Lúcio Junior; o superintendente do Banco do Brasil no estado, Paulo Meirez; o superintendente de Agronegócios e programas sociais do governo estadual, Justino Antônio da Silva; e o presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, Octávio Alvarenga.

Elo entre governos fortalece agricultura familiar - Segundo Peraci, é importante que se entenda o papel que a agricultura familiar tem, já que 85% dos estabelecimentos rurais no Brasil são familiares. O secretário destacou a relevância do elo entre os governos federal, estadual e prefeituras para a consolidação e o avanço dos esforços em favor da agricultura familiar brasileira.

O maior diálogo com os bancos públicos, principalmente nos últimos quatro anos, também foi apontado como relevante para a ampliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Para o secretário, várias ações do Governo Federal permitiram avanços nos últimos anos. "Os estoques reguladores da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estão cheios de arroz, feijão e outros produtos que têm origem na agricultura familiar, o que mostra o quanto este setor é estratégico para a segurança alimentar", afirma.

Cresce apoio à agricultura familiar - Peraci enumerou algumas das políticas criadas pelo MDA, por meio da SAF, para o fortalecimento do Plano Safra a cada ano, desde 2003. Entre elas, estão o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) - um seguro para risco climático que proporciona mais segurança para o plantio - e o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF).

Além disso, o secretário evidenciou as ações do Ministério na reestruturação da assistência técnica e extensão rural. Para a reestruturação, nos últimos quatro anos, o MDA ampliou os recursos de R\$ 3,5 milhões para mais de R\$ 160 milhões. "É importante que a extensão rural seja vista de forma estratégica, como pedra fundamental", avalia.

Segundo o deputado estadual Rodrigo Neves, a agricultura familiar tem recebido um tratamento diferente nos últimos cinco anos, fruto do reconhecimento do Governo Federal. Neves explicou que, no estado do Rio de Janeiro, tem ocorrido um esforço para sensibilizar o governo estadual quanto a importância de se fortalecer o setor. Para isso, até

fevereiro de 2008, serão realizados vários encontros nos municípios cariocas para discutir a agricultura familiar. "O Rio de Janeiro também acredita na possibilidade de parceria entre estado, Governo Federal e prefeituras", afirma o parlamentar.

Amigos da Agricultura Familiar - Ao final da cerimônia, foram homenageadas sete pessoas, entre secretários municipais de agricultura, gerentes do Banco do Brasil e representantes da sociedade civil organizada. Os homenageados receberam o certificado Amigos da Agricultura Familiar pelos serviços prestado em prol do fortalecimento da agricultura familiar no estado.

Comissão fala sobre custo de produção e endividamento – Sítio Eletrônico da CNA – 11/10/2007

O presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Breno Mesquita, faz palestra hoje (11/10), às 12h, durante a etapa de Campo Belo (MG) do Circuito Mineiro de Cafeicultura. Ao traçar um panorama da atualidade e perspectivas para a lavoura cafeeira no Brasil, Mesquita vai abordar temas como a relação entre a crise de renda que atinge os cafeicultores e o custo de produção da atividade. Segundo ele, o setor passa por dificuldades, porque as políticas públicas de financiamento estão esgotadas. “Com a crise de renda, o endividamento do produtor rural se agrava. Por isso, é preciso trabalhar na redução dos custos de produção”, explica.

O representante da CNA vai informar ainda a situação das negociações com o governo para resolver o problema da dívida rural e detalhar a proposta para a cafeicultura, consolidada com as entidades do setor. O presidente da Comissão ressalta que o acordo firmado com o governo garante que até dezembro nenhum produtor rural será inserido na dívida ativa. “É importante que os produtores – não só de café – acompanhem o trabalho da CNA e se mantenham informados. Todas as decisões e encaminhamentos podem ser encontrados na Agência CNA”, completa Mesquita.

O Circuito Mineiro de Cafeicultura é realizado ao longo do ano, com palestras ministradas por especialistas nos diversos segmentos da atividade. O objetivo é levar ao cafeicultor novas tecnologias e proporcionar a troca de experiências para melhorar os resultados da cultura e oferecer um produto de melhor qualidade, criando condições para aumentar a renda dos produtores. Para este ano, a previsão é atingir aproximadamente 10 mil produtores, nas 25 etapas previstas para a região.

Assentados de GO recebem contratos de concessão e crédito – Sítio Eletrônico do MDA
– 11/10/2007

Amanhã (12), a Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Distrito Federal e Entorno fará a entrega de 81 Contratos de Concessão de Uso e 82 créditos na modalidade Apoio Inicial aos moradores do PA Itaúna, em Planaltina de Goiás.

O evento, que começa às 9h, contará com a presença do engenheiro civil Giovani Machado, representando o superintendente Herbert de Lima.

Os técnicos da superintendência realizaram um mutirão, juntamente com cinco voluntários do próprio assentamento, para que os contratos fossem entregues ainda este mês. “Com a entrega dos contratos há uma maior garantia, com isso temos confiança de investir na produção do nosso próprio sustento”, conta o assentado Antônio da Silva.

Escola Rosário - Nesta quinta-feira (11), a comunidade do Projeto de Assentamento Bela Vista, localizado em Flores de Goiás (GO), participou da inauguração da escola Rosário de Souza Ferreira. A obra é resultado de uma parceria entre a superintendência do Incra no Distrito Federal e Entorno, que destinou recursos no valor de R\$ 95 mil, e a prefeitura local. A escola beneficiará mais de 160 crianças, que terão a oportunidade de cursar todo o ensino fundamental na própria região.

Durante a inauguração foram entregues dez Contratos de Concessão de Uso e recursos do Crédito Instalação para os agricultores do PA Bucaina, também localizado no município de Flores de Goiás.

Renegociação outra vez – Roberto Reodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro –
13/10/2007

ESTÁ DE volta a discussão sobre nova renegociação das dívidas dos agricultores. O assunto é recorrente e dá a impressão desagradável de que o campo nunca paga suas dívidas e vive pedindo para prorrogá-las.

A repetição da matéria exige explicações à sociedade. Tudo começou com o programa de substituição das importações, há décadas, mas o grande golpe aconteceu no Plano Collor. Naquela ocasião, quando se deu o confisco das poupanças dos brasileiros, a agricultura viveu uma situação injusta: as dívidas dos produtores rurais foram corrigidas pelo IPC, em 84%, enquanto os preços agrícolas foram corrigidos pela BTN, em 42%. Ora, um agricultor que devia ao banco um empréstimo de 100 no dia 14 de março de 1990 e ia colher uma safra no valor de 110, pagaria as dívidas e ainda sobrariam 10 unidades monetárias para tocar o negócio. E acordou, dia 15 de março, com o Plano Collor, devendo 184 e com a safra valendo 152! Uma dívida nova, eminentemente contábil, sobre a qual não tinha a menor responsabilidade. Foi um desastre, e depois de anos difíceis, quando as coisas começavam a melhorar, veio outro golpe, o Plano Real. De novo houve um descasamento:

as dívidas foram corrigidas pela famigerada TR e quase dobraram em um ano, enquanto os preços agrícolas foram esmagados, em nome do combate à inflação. Mais dívida escritural.

A essas crises se somaram a abertura comercial plena, que expôs nossos produtos agrícolas sem nenhuma proteção aos concorrentes subsidiados dos países ricos; e a própria estabilização interna da moeda, exigindo muito mais eficiência na gestão rural. Um duro período, em que milhares de agricultores perderam tudo o que tinham e foram expulsos do campo.

A partir de 1999 -com a desamarração cambial-, o governo iniciou um programa de renegociação das dívidas agrícolas, em reconhecimento de que elas eram, em grande parte, responsabilidade dele mesmo, em seus esforços para acabar com a inflação.

Com as dívidas renegociadas -e sem perdão de um único centavo-, os agricultores voltaram a ter direito a novos créditos, para tocar a atividade e a vida para a frente. Vieram outros bons programas, como a oferta de mais recursos para crédito de custeio com taxas prefixadas e a criação do Moderfrota, um crédito especial para investimentos em máquinas, tratores, colhedoras e equipamentos mecanizados.

Com o câmbio favorável e os bons preços internacionais, houve uma lufada de capitalização, e os agricultores entraram firmes no Moderfrota, modernizando seus equipamentos, melhorando o padrão tecnológico e deslançando a produtividade.

O resultado foi espetacular para o Brasil: de 1998 a 2007, a área plantada com grãos aumentou 24,9% enquanto a produção cresceu 59,1%. Um sucesso! Em clima de otimismo, os produtores inauguraram 2004 com os motores roncando pelo país afora, investindo, abrindo terras, criando empregos, riquezas e renda, gerando excedentes exportáveis e grandes esperanças. E todo mundo comprando a crédito, juros correndo todo dia santo e feriado.

De repente, o céu caiu na cabeça agrícola. Os preços começaram a despencar, veio uma seca brutal, apareceu a aftosa, os mercados se fecharam, o câmbio tirou 30% da renda rural em quatro anos e tudo escureceu. Sem renda, as dívidas ficaram insolúveis. Agora, não tem saída para voltar a arejar o campo: só mesmo outra renegociação. Mas, para evitar isso no futuro, é preciso implementar uma política de renda.

ROBERTO RODRIGUES, 65, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp - Jaboticabal, foi ministro da Agricultura. Escreve aos sábados, a cada 15 dias, nesta coluna.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) encerrou na quinta-feira (11), em Brasília, uma oficina em que foram discutidas as políticas de crédito e assistência técnica voltadas aos assentados da reforma agrária. Participaram representantes da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre/MDA), da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e servidores e dirigentes do Incra.

A atividade foi coordenada pelo diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do Incra, César José de Oliveira, e contou também com a presença da coordenadora-geral do Ppigre/MDA, Andrea Butto.

Na tarde de quarta-feira (10), o grupo se reuniu para debater as estratégias para qualificação e desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária e as novas definições da política de crédito destinada aos assentados. Para Oliveira, o momento é de redefinir a atuação do Incra e os principais programas que organizam a política agrícola, de modo a contribuir para a elevação da produtividade social do trabalho, visando elevar a geração de excedente monetário nos assentamentos.

Ações articuladas - Oliveira reconhece a importância e o avanço do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do MDA, mas defende uma atuação ainda mais articulada e integrada com a Secretaria da Agricultura Familiar e a Conab, bem como com outros órgãos do Governo Federal.

“Entendemos que a assistência técnica, o programa de crédito, a agroindustrialização e a comercialização precisam estar reunidas por meio de ações articuladas e integradas. Esses são elementos centrais para possibilitar a elevação da renda e da melhoria da qualidade de vida dos assentados”, ressalta. O diretor complementa que é necessário, por exemplo, assegurar que a Conab, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), garanta a compra da produção.

Oliveira adianta que nos próximos 10 dias será finalizado um documento com as sugestões apresentadas nas duas oficinas realizadas pelo Incra. As contribuições, segundo ele, servirão de subsídios para o grupo de trabalho a ser constituído pelo MDA para definir um novo programa de crédito para a reforma agrária.

Assessoria técnica - Segundo o diretor, existem atualmente no Brasil 322 mil famílias assentadas que acessam os serviços do programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates). Ele complementa que esse número cresce quando contabilizadas a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) – fornecida pela Secretaria da Agricultura Familiar, por meio de contratos com a Emater e organizações sociais – e a assistência acessada via Pronaf.

“A meta é atender todas as famílias até 2010. Para isso, o orçamento de 2008 já expressa uma elevação de mais de 140%, passando de R\$ 85 milhões para mais de R\$ 208 milhões”. O número de técnicos contratados no próximo ano também será ampliado, assegurou Oliveira.

Contratações de Seguro Rural somam R\$ 32 Milhões e já Superam Valores de 2006 – Sítio Eletrônico do MAPA – 19/10/2007

Brasília (19.10.07) – A contratação de seguro rural em 2007 chega a R\$ 32 milhões e supera o valor contratado em todo o ano de 2006. Segundo o diretor do Departamento de Gestão de Risco Rural do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wellington Soares de Almeida, embora o início das contratações, nesta safra de verão, tenha atrasado em razão da falta de chuva, o fim da estiagem em algumas regiões produtoras já reflete no aumento diário das contratações. “Fizemos um levantamento junto às seguradoras e a perspectiva para este ano é de que sejam aplicados os R\$ 99,5 milhões disponibilizados para a subvenção”, afirma.

O diretor observa que a aplicação do volume total da subvenção disponibilizado, beneficiará 50 mil produtores e tem potencial para assegurar R\$ 9 bilhões de capital, garantindo a cobertura a 5 milhões de hectares, ou seja, 8% da área explorada com culturas anuais e permanentes, no Brasil. No ano passado, foram aplicados R\$ 31,1 milhões em subvenção, o que garantiu R\$ 2,9 bilhões de capital e propiciou a cobertura de uma área de 1,5 milhão de hectares. Até agora as principais culturas beneficiárias da subvenção foram soja, trigo e uva. (Katja Polisseni)

Comissão vai estudar equacionamento da dívida dos cafeicultores mineiros – Sítio Eletrônico do MAPA – 24/10/2007

Brasília (24.10.07) – O Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), reunido hoje, em Brasília, decidiu formar uma comissão para estudar o trabalho apresentado pela Agroconsult (empresa especializada em consultoria para o agronegócio) sobre as condições de rentabilidade, endividamento e capacidade de pagamento dos cafeicultores de Minas Gerais.

A comissão que terá representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e da cadeia produtiva do café, vai apresentar alternativas para equacionar a dívida dos produtores mineiros com os bancos e cooperativas, superior a R\$ 2,2 bilhões.

O estudo, solicitado pelo CDPC, analisou o perfil da dívida dos cafeicultores das três regiões mineiras pesquisadas (Sul de Minas, Cerrado e Zona da Mata). Considerando a extensão da área cultivada, o nível de mecanização, a produção por hectare, custo variável e total, preço médio de comercialização, entre outros, o trabalho concluiu que a dívida, em

boa parte, resulta da falta de renda no setor. Ou seja, os preços pagos aos produtores não cobrem os custos de produção, levando-os ao endividamento que, segundo o estudo, poderá comprometer as safras futuras de café.

Endividado, o produtor deixa de investir na renovação da lavoura que, por sua vez, produzirá menos. Além do aumento no preço dos insumos, a Agroconsult responsabilizou o câmbio pelas perdas dos cafeicultores. *(Cláudio Cunha)*

Prazo para renegociação de custeio termina no dia 30 de outubro – Sítio Eletrônico da CNA – 25/10/2007

O prazo para que os produtores rurais procurem as instituições financeiras para renegociar parcelas de dívidas de custeio referentes às safras 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006, que vencem em 2007, em condições de normalidade, termina na próxima terça-feira (30/10), conforme determina a [Resolução nº 3.500](#), do Banco Central. A norma foi publicada no fim do mês passado após aprovação do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Este limite já foi prorrogado duas vezes neste ano, em agosto e setembro, diante das dificuldades encontradas pelos produtores em negociar seus passivos para a contratação de crédito para a safra 2007/2008. O prazo também contempla operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO).

Já o prazo para renegociar prestações de investimento agropecuário com vencimento em 2007 continua válido até 17 de dezembro, sendo aplicável aos débitos com situação de adimplência até 31 de dezembro de 2006.

Crédito rural liberado entre julho e setembro supera em 28% da safra passada – Kátia Polisseni - Sítio Eletrônico do MAPA – 24/10/2007

Brasília (25.10.07) – Os recursos liberados do crédito rural entre julho e setembro deste ano, R\$ 13,13 bilhões, para custeio, comercialização e investimento da agricultura empresarial na safra 2007/2008, superaram em 28% o montante liberado no mesmo período do ano passado.

De acordo com o coordenador-geral de Análise Econômica da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Marcelo Fernandes Guimarães, o valor desembolsado é 23% do total de crédito rural previsto para a agricultura empresarial nesta safra.

Segundo o coordenador, a tendência de concentração dos desembolsos para custeio e comercialização a taxas controladas permanece, o que torna os empréstimos mais acessíveis aos produtores rurais. “Para se ter uma idéia, dos R\$ 12,06 bilhões liberados para o custeio e comercialização nos três primeiros meses da safra 2007/2008, 88% foram contratados a juros controlados. A taxa de juros controlada, que desde a safra 1998/1999 era de 8,75%, caiu para 6,75% ao ano na safra 2007/2008. Os juros do Programa de

Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural) também foram reduzidos, caindo de 8% para 6,25% ao ano”, disse.

Entre os recursos com juros controlados, o maior crescimento foi no desembolso das operações com recursos das exigibilidades, que aumentaram cerca de 70%, quando comparados ao mesmo período do ano anterior. Isso ocorre, segundo Marcelo Guimarães, em razão da estabilidade monetária, da redução de juros que favorecem o aumento dos depósitos à vista e da autorização do Banco Central que prorrogou a aplicação das deficiências de recursos das exigibilidades da safra passada para uso nesta safra. Em outras palavras: os agentes financeiros que não conseguiram cumprir a obrigatoriedade de aplicação em crédito rural, ao invés de recolherem o restante ao Banco Central, pagando multa sobre esse valor, podem aplicar tais recursos em crédito rural na atual safra.

Poupança rural – Merece destaque ainda, na análise do desembolso do crédito rural, o crescimento, em setembro, da liberação de recursos da Poupança Rural com juros controlados para operações de custeio e comercialização. “Até agosto havia sido liberado 1% do valor programado para o atual ano-safra, mas com a publicação da portaria de equalização que autorizou o Banco do Brasil a fazer a operação, foram desembolsados, em setembro, aproximadamente R\$ 950 milhões da Poupança Rural para custeio e comercialização. Isso elevou o percentual acumulado para 18%”, afirma Guimarães. *(Katja Polisseni)*

Crédito liberado alcança R\$ 13,2 bi - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 26/10/2007

Embora afetado pela demora nas renegociações das dívidas rurais, o ritmo de desembolso do crédito rural empresarial aumentou 10,2% no primeiro trimestre do atual ano-safra 2007/08 em comparação a igual período do ciclo anterior. Até setembro, o volume de operações cresceu de 20,5% para 22,6% do total de crédito disponível, segundo dados do sistema bancário consolidados pelo Ministério da Agricultura. Foram emprestados R\$ 13,12 bilhões dos R\$ 58 bilhões destinados a médios e grandes produtores. No mesmo período da safra passada, haviam sido liberados R\$ 10,25 bilhões.

O desempenho nas linhas para mini e pequenos produtores continua mais modesto que na safra anterior. Os desembolsos do Pronaf nestes primeiros três meses caíram de R\$ 1,81 bilhão (19,3% do total) em 2006/07 para R\$ 1,92 bilhão (15,1%) em 2007/08.

O início da atual safra foi marcado por reclamações pelo atraso nas liberações de novo crédito ao setor, sobretudo no Banco do Brasil. As estatísticas deixam claro o episódio. O ritmo de desembolso dos empréstimos lastreados na poupança rural, operada pelo BB, recuou 14%, e o volume de crédito caiu de R\$ 1,65 bilhão para R\$ 993 milhões (-40%). Ao mesmo tempo, os financiamentos da poupança com juros livres cresceram 34% em ritmo e 29% em volume.

O BB afirma que as dificuldades iniciais enfrentadas nesta safra já foram superadas com o fim das renegociações das dívidas. "Temos uma posição até ontem que mostra um crescimento de 15% nas operações com juros controlados. Os financiamentos com juros livres foram, na maioria, para indústrias, e não para produtores", diz o diretor de Agronegócios do BB, José Carlos Vaz.

Também houve recuperação nos financiamentos com juros subsidiados pelo Tesouro (6,75% ao ano). Nas chamadas exigibilidades, parcela de 25% dos depósitos à

vista com aplicação obrigatória pelos bancos no setor, o ritmo de desembolso cresceu de 27% para 32% do total disponível. A contratação de empréstimos pela classe média rural (Proger) subiu 120%, embora o desembolso efetivo tenha caído de 6% para 4%, isso porque o volume alocado à linha passou de R\$ 700 milhões para R\$ 2,2 bilhões.

Outro aspecto positivo das contratações para a nova safra foi o ressurgimento da demanda por crédito de investimento. Os financiamentos nas linhas gerenciadas pelo BNDES cresceram 27% no primeiro trimestre da safra, sobretudo para aquisição de máquinas agrícolas no Moderfrota (57%) e investimentos de cooperativas via Prodecoop (39%). Mas o programa de construção de armazéns (Moderinfra) recuou 52% e o Finame Agrícola, 46%.

Cafeicultores mineiros devem R\$ 2,2 bi – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Agroefolha – 30/10/2007

Estudo de consultoria mostra o perfil de endividamento e a capacidade de pagamento dos produtores de Minas Gerais - Para assessor do Conselho Nacional do Café, números do estudo revelam que o governo precisa tomar providências

O atual endividamento da cafeicultura mineira é de R\$ 2,2 bilhões. Desse total, R\$ 1,3 bilhão é de responsabilidade direta dos produtores, enquanto R\$ 894 milhões passam pelas cooperativas, dívidas que acabam sendo, em parte, também de produtores.

Da dívida de R\$ 1,3 bilhão dos produtores, a maior parte -R\$ 837 milhões- foi contraída com o Funcafé (Fundo de Defesa da Economia Cafeeira). Já as dívidas das cooperativas com o sistema bancário, anteriores a 2002, somam R\$ 134,5 milhões. Em 2007, atingiram R\$ 687 milhões. As dívidas fora do sistema bancário -fornecedores de insumos e CPR- atingem R\$ 73 milhões.

Os dados são de estudo da consultoria Agroconsult, encomendado pelo CNC (Conselho Nacional do Café) e pelo Ministério da Agricultura.

Com esses dados em mãos, que mostram o perfil de endividamento e a capacidade de pagamento do setor, os cafeicultores têm, agora, uma ferramenta para negociar intervenções governamentais no setor.

Os dados da Agroconsult, que refletem a cafeicultura mineira, mostram que, desde a safra 2000/1, os produtores vêm acumulando prejuízos que já somam R\$ 2,4 bilhões, segundo André Pessoa, sócio-diretor da consultoria. "É uma dívida de deficiência de renda", diz ele, que não descarta algum problema de má gestão, mas insignificante nesse contexto.

"Esses números são um alerta para o governo de que alguma coisa precisa ser feita", diz Jaime Payne, assessor técnico do CNC. Pode ser até uma orientação para a redução de produção ou busca de novas alternativas para os produtores.

Em ambos os casos, no entanto, a saída é difícil, adianta Payne. Os investimentos no café são de longo prazo e o retorno só vem depois de três anos. Uma redução de produção implicaria dar menos trato ao pé de café, mas a recuperação de produtividade depois só viria em dois ou três anos.

A troca da cafeicultura por outras culturas, principalmente nas áreas geográficas impróprias para a mecanização, também não é fácil, diz Payne. Além de novos investimentos, porque também são culturas perenes -como fruticultura e madeira-, os produtores não têm o domínio desse novo mercado.

Na avaliação do assessor do CNC, o governo tem de participar mais da cafeicultura. Medindo as palavras, Payne diz que "o governo deveria parar de brigar com os países que subsidiam a agricultura e fazer o mesmo também por aqui". Mas, em seguida, complementa, dizendo que, na verdade, o governo já tem outros mecanismos eficientes que podem ser usados, como os contratos de opções. "O que falta é atenção para com o setor."

Em reunião realizada no CDPC, na semana passada, quando foram divulgados os dados da Agroconsult, foi criado um grupo de trabalho para apresentar propostas ao governo. Entre as propostas, seguramente virá a de maior formação de estoques. Payne diz que não devem ser feitos estoques de forma aleatória, "mas por meio de opções públicas". Segundo Payne, o Brasil, mais uma vez, está na contramão do setor externo. Os preços externos se recuperaram e até remunerariam os produtores, mas a valorização do real impede essa remuneração.

Na avaliação do assessor, essa perda de rentabilidade coloca o produtor brasileiro em desvantagem com os de países que estão aproveitando o bom momento do mercado externo. São os casos de Peru e México, onde cresce a produção de arábica, e do Vietnã, que eleva a participação no café robusta.

Custos - Na avaliação da Agroconsult, os cafeicultores do sul de Minas, computados todos os custos de formação da cafeicultura, vão começar a obter os primeiros resultados após investimento total de R\$ 7.864 por hectare.

Para a próxima safra, diante da recuperação do setor, os produtores vão conseguir cobrir os custos variáveis, mas a renda obtida não será suficiente para pagar todos os investimentos feitos. Com isso, na renovação do cafezal, os produtores estarão descapitalizados, na avaliação de Pessoa.

Nas estimativas da Agroconsult, os produtores mineiros vão ter ganho na próxima safra, mas nem todos. Os do sul do Estado terão prejuízo de R\$ 533 por hectare na comparação dos gastos variáveis com a provável renda. Já os mais mecanizados, e que têm custos menores de produção, podem obter lucros superiores R\$ 3.000, como os do cerrado mineiro.

Deputados emplacam emendas para a agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MST – 31/10/2007

As cooperativas e a agricultura familiar serão as principais beneficiadas de duas emendas ao Plano Plurianual (PPA) que emplacaram dentro da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Durante os quatro próximos anos, esses setores terão previsão de repasses provenientes do Orçamento da União, ou seja, as atividades aprovadas entram na meta orçamentária do país.

Para a agricultura familiar foi aprovado o valor estimado de mais de R\$ 795 milhões para o programa de aquisição de alimentos durante os próximos quatro anos. O Programa de aquisição de alimentos hoje é coordenado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

O programa tem como objetivo “garantir o acesso a mercados e geração de renda aos agricultores familiares, assentados da Reforma Agrária, povos e comunidades tradicionais por meio do apoio e fortalecimento dos empreendimentos de produção, processamento e comercialização enquadrados no Pronaf”.

“A agricultura familiar é responsável por, aproximadamente, 4,1 milhões de estabelecimentos rurais - 85% do total – do país, envolvendo 13,8 milhões de pessoas que corresponde a 77% da população ocupada e 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira”, justificou o deputado federal Adão Preto (PT/RS), um dos deputados responsável pelas emendas.

Cooperativas - As cooperativas e os empreendimentos associativos da agricultura familiar serão beneficiados com uma verba de R\$ 440 milhões. A verba vai beneficiar assentamentos de reforma agrária. “A experiência tem demonstrado que a forma de superação das dificuldades de produção e comercialização tem sido melhor alcançadas quando desenvolvidas sob as formas associativas, desde as formas mais simples como os grupos, até as formas mais complexas como as cooperativas de produção e os condomínios”, disse Preto.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

**op
pa** Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

